

# **PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma ferramenta para o desenvolvimento**

Udo Strassburg\*  
Nilton Marques de Oliveira\*\*  
Ricardo Rippel\*\*\*

## **Abstract**

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é caracterizar o processo histórico do planejamento da educação brasileira como ferramenta para o desenvolvimento humano, social e econômico para o Brasil. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a Teoria do Capital Humano e a guisa da literatura. Os principais resultados da pesquisa sugerem que o Brasil, no decorrer dos séculos, desde a educação cristã até à aprovação do Plano Nacional de Educação, percorreu um longo caminho para o planejamento educacional, ora avançando, ora estagnando. O Brasil avançou, mas ainda há muito a ser feito para se tornar um país com nível elevado de capital humano. A conclusão, portanto, é que a elaboração de um bom planejamento educacional irá contribuir, de forma intensa, para o desenvolvimento do Brasil.

**Palavras-Chave:** planejamento educacional; plano nacional de desenvolvimento; teoria do capital humano.

The objective of this work is to characterize the historical process of the Brazilian education planning, as a tool for human, social and economic development in Brazil. Therefore, it was used the theoretical framework from the Theory of Human Capital and the guise of literature. The main results of the research suggest that Brazil, over the centuries, since the Christian education to the approval of the National Education Plan, has come a long way in educational planning, sometimes advancing, sometimes stagnating. Brazil has made progress, but much remains to be done to become a country with high level of human capital. The conclusion is that the development of a good educational planning, will contribute intensively to the development of Brazil.

**Keywords:** educational planning; national development plan; human capital theory.

---

\* Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela UNIFECAP - SP e Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Cascavel-PR; e-mail: [udo@udostrassburg.com.br](mailto:udo@udostrassburg.com.br); [udo.strassburg@unioeste.br](mailto:udo.strassburg@unioeste.br).

\*\* Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins – UFT, e-mail: [niltonmarques@uft.edu.br](mailto:niltonmarques@uft.edu.br); [niltonmarquesuft@gmail.com](mailto:niltonmarquesuft@gmail.com).

\*\*\* Doutor em Demografia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná, Especialista em Teoria Econômica – UFPR, Pós Doutorando em Demografia - Cedepiar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Professor adjunto do Colegiado de Economia e do PGDRA- Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: [ricardorippel@yahoo.com.br](mailto:ricardorippel@yahoo.com.br) e [ricardo.rippel@unioeste.br](mailto:ricardo.rippel@unioeste.br).

## 1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever o processo histórico do planejamento educacional no Brasil desde a educação Cristã, do período colonial até a aprovação, em 2011 do Plano Nacional da Educação (PNE), buscando a relação com o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A questão central que move este trabalho é: o planejamento educacional vem promovendo desenvolvimento social e econômico no país, ao longo da trajetória dos planos implantados pelos governos?

A constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 205, reza que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Destacando que a educação é um direito de todos e um dever do estado, visando o desenvolvimento da pessoa.

Neste sentido para que um país possa oferecer este direito a todos de forma igualitária há a necessidade de se fazer um planejamento de todas as ações a serem desenvolvidas em cada nível educacional. Fazer um planejamento significa saber de antemão aonde se quer chegar e quais metas se deseja atingir, desvendando os possíveis caminhos a percorrer, escolhendo os melhores e descartando aqueles que não serão frutíferos.

No planejamento da educação serão incluídas todas as peculiaridades que o país tenha para que possa atingir a todas as pessoas, independente de gênero, classe, credo, idade e cor. Mas para que um país possa se desenvolver há a necessidade de focar com maior intensidade naqueles níveis educacionais que trarão um retorno maior em termos de desenvolvimento para ele, mas

nunca deixando de lado as ações afirmativas, que estão relacionadas com as políticas de alocação de recursos para pessoas pertencentes a grupos minoritários, muitas vezes discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica.

A educação superior vem crescendo significativamente nos últimos anos, devido a uma demanda reprimida, não atendida por falta de vagas, poucos anos atrás, principalmente porque não havia instituições de ensino superior no interior do país. Além disto, o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil demandam por empregados com qualificação, e neste sentido houve incentivos para a criação de instituições de ensino superior particulares. Também houve um aumento importante no número de vagas do ensino público, principalmente o Federal em função do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Sendo assim pode-se destacar que a educação brasileira se encontra em um processo de evolução, alcançando índices significativos nos últimos anos.

E é neste raciocínio que se buscou relacionar a questão do planejamento, da educação e do desenvolvimento, verificando quais foram as contribuições que o país recebeu com a elaboração dos diversos planejamentos educacionais já elaborados e executados no decorrer do tempo. Este trabalho se justifica pela importância da educação como promotora de crescimento e desenvolvimento socioeconômico e pelos escassos trabalhos realizados na área de planejamento educacional.

Isso posto, este artigo está dividido em 3 partes, além da introdução. Na sequência apresenta-se a seção 2, que trata da teoria do capital humano: alguns aspectos teóricos, enquanto a seção 3 trata sobre o planejamento educacional no Brasil: da educação Cristã ao Plano Nacional de Educação. Na seção 4 as considerações finais sumarizam o trabalho.

## 2. Formação do Capital Humano: alguns apontamentos teóricos

Nesta seção apresentam-se alguns trabalhos que tratam sobre a teoria do capital humano como indutor no processo de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Marshall (1982) foi o precursor da teoria que aborda sobre o capital humano, quando se referiu ao trabalho infantil, segundo o autor, este tipo de imperfeição do mercado de trabalho seria corrigido por investimentos em educação que aumentariam a eficiência do capital humano. Theodore W. Schultz (1963), um dos principais expoentes da teoria do capital humano, retoma a concepção lançada por Marshall em seus “Princípios”, e elabora um corpo de idéias que passou a ser conhecido como Teoria do Capital Humano.

Há um grande debate na literatura econômica acerca do crescimento e desenvolvimento econômico. De um lado estão os neoclássicos com seus modelos macroeconômicos como os de Solow (1956). Estes enfatizam a acumulação de capital e a mudança tecnológica exógena como determinantes do crescimento econômico. Do outro estão os economistas desenvolvimentista que priorizaram a identificar as causas do atraso e do subdesenvolvimento econômico, Hirschman (1981), Furtado (1961), Rostow (1971) e Myrdal (1957)<sup>1</sup>. O primeiro deu ênfase na acumulação de capital e no melhor uso da mão de obra subutilizada, o segundo levou à defesa da industrialização e do planejamento por meio do estado com o objetivo de superar o subdesenvolvimento. Ambos acabaram por privilegiar a importância da acumulação de capital físico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

A literatura econômica traz novos elementos, como a educação e capital humano, para explicar a persistência de atraso econômico desses países. Os

resultados obtidos pela Coreia do Sul e demais Tigres Asiáticos chamaram a atenção dos economistas para o papel fundamental da educação no crescimento sustentado de longo prazo. A educação no processo de crescimento e desenvolvimento já era discutida desde a década de 1960 com o trabalho seminal de Schultz (1963) e Becker (1964) sobre capital humano. Posteriormente, os trabalhos de Romer (1986) de crescimento endógeno deram atenção à acumulação de capital humano e conhecimento.

Dosi (1997) completa dizendo que em uma economia globalizada, uma das vantagens ou desvantagens de uma nação na tentativa de atrair investimentos é a qualidade de sua mão de obra, que é um aspecto imóvel, enquanto outros, como o capital movem-se livremente pelo mundo. A qualificação da mão de obra local pode não ser suficiente para o desenvolvimento de um país, mas é condição necessária porque determina a capacidade de absorção de tecnologia que as empresas globalizadas estão dispostas a difundir.

Nas pesquisas de Becker e Tomes (1979, 1986) constataram que a família exerce influência no processo de desenvolvimento da criança, mesmo essas famílias tendo restrições de renda, o papel de pais altruísta é determinante na formação das habilidades das crianças. Becker e Tomes (1986) mostraram que não há nenhuma troca entre equidade e eficiência na transferência de renda pelo governo voltado para famílias com restrições de crédito porque o retorno ao investimento em capital humano em crianças de tais famílias é elevado devido à presença dos pais, do carinho, da atenção e do amor.

Os autores sugerem que os investimentos em capital humano sejam feitos no primeiro ciclo de vida da criança (de 0 a 6 anos) e não em períodos posteriores. Pesquisas recentes de Heckman e Rubinstein (2001), Cunha e Heckman (2003), e Cunha, Heckman, Schnnch (2006)

<sup>1</sup> Ver Agarwala e Singh (1969)

enfocam que o investimento deve se dar no primeiro ciclo de vida da criança onde inicia a formação de suas habilidades e competências. Os autores reconhecem a importância tanto de habilidades cognitivas e não cognitivas na explicação do sucesso socioeconômico. Essas habilidades são produzidas pela família e por ações pessoais.

No Brasil Lagoni (1973) foi um dos primeiros economistas a ressaltar a importância da educação como fator explicativo para a desigualdade brasileira. Ele mostrou que parte do aumento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970 ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associados à industrialização. Barros e Mendonça (1997) destacaram que os impactos da educação sobre a evolução de diversos aspectos socioeconômicos agregados para o Brasil e a expansão da educação influenciaram significativamente na redução do crescimento populacional e na queda da mortalidade infantil.

Por fim, estudos acerca da educação vêm crescendo ao longo das décadas, como consequência do reconhecimento de sua importância para a sociedade como um todo, bem como para economia. É fato conhecido que o nível de escolaridade média da população brasileira é relativamente inferior se comparado a outros países que possuem um nível de desenvolvimento mais baixo, evidentemente, se os níveis de escolaridade se elevarem, a população economicamente ativa obterá uma remuneração mais elevada.

### **3. Planejamento Educacional no Brasil: da educação cristã ao plano nacional de educação do Governo Dilma Rousseff**

#### **3.1 O Planejamento da Educação Cristã: período colonial**

O tempo histórico entre 1500 e 1808 é definido genericamente como período colonial pelos historiadores. As datas

indicam mais que uma separação de épocas, indicam também marcos de movimentos que começam bem antes e terminam depois delas. É o caso da divisão política do Brasil Colônia que se estabeleceram nos séculos XVI, XVII e XVIII (TREVISAN, 1987; LIMA, 1998; TOBIAS, 1986).

A educação no Brasil Colônia, inicialmente se caracterizou pela catequização dos índios, depois a educação formal nos colégios e, finalmente a educação informal nos engenhos, particularmente dos negros escravos. A educação nesse período esteve a cargo dos padres e dos irmãos da Companhia de Jesus, entre 1549 a 1759. Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, o Estado assume a educação no Brasil. A educação cristã tinha como objetivo a reforma dos costumes na colônia disseminando a moral cristã, enaltecendo a monogamia, criticando as relações incestuosas e disciplinando para o trabalho, este seria um dos principais objetivos, devido à escassez de mão de obra para trabalhar na colônia. (SÁ, 1979; TOBIAS, 1986).

Nota-se que houve intenção de planejar a educação no período colonial, porém a difusão e implementação dessa reforma pouco impactou na Colônia brasileira, devido a vários fatores como: pouca autonomia administrativa de muitas capitânicas, o isolamento geográfico, a ausência de estradas, meios de transporte e de comunicação precários e o escasso povoamento, poucas pessoas interessadas em frequentar as aulas régias, já que o ingresso na elite e a ocupação de cargos administrativos decorriam mais de riqueza e hereditariedade do que das capacidades adquiridas por meio da educação (SILVA, 1986; NOVAIS, 1984; MOACYR, 1939).

Segundo Carvalho (1978) a preservação da escravidão e do sistema colonial de exploração também não permitia a criação de uma grande demanda para o ensino. Além disso, os jovens estavam envolvidos com o recrutamento para a

milícia. Alta taxa de mortalidade infantil devido às doenças que assolavam as capitanias.

Dessa forma pouco alterou a oferta do ensino no Brasil, no período colonial, devido à estrutura social brasileira centrada na exploração, na grande propriedade de terras e na manutenção da escravidão. É possível vislumbrar mudanças mais significativas na educação brasileira a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos às nações amigas. Esta será a abordagem a seguir, onde será analisando o planejamento da educação no período imperial.

### **3.2 O Planejamento da Educação no Império**

O planejamento da educação no período Imperial deu-se pela promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 por D. Pedro I. Sua importância reside no fato de ser a primeira e única Lei Geral para as Instruções Públicas relativo ao ensino elementar, mas também por estabelecer recomendações, propostas e políticas públicas referentes ao universo escolar brasileiro nas primeiras décadas do século XIX (LOPES, 2001, p. 45).

Entre as principais propostas da Lei de 1827 encontravam-se: i) localização sobre onde deveria haver escolas e como elas deveriam ser; ii) contratação de professores mediante concursos ou exames; iii) definições sobre os ordenados e as gratificações para os mestres; iv) definição de um método pedagógico (Método Lancasteriano); v) determinações sobre a aplicação dos castigos escolares.

O Método Lancasteriano<sup>2</sup> foi implantado no período imperial com o objetivo de manter a ordem, a disciplina e a obediência da população pobre e livre e estavam relacionadas à disciplina da mente e do corpo, ao desenvolvimento de crenças

<sup>2</sup> Sobre o Método Lancasteriano ver : Neves (2003).

morais próprias da sociedade disciplinar (NEVES, 2003).

Durante o segundo reinado do Império (1850-1889) várias reformas foram feitas no âmbito do ensino primário e secundário, como forma de recuperar o atraso educacional do Brasil. Muitos parlamentares, juristas<sup>3</sup> estiveram à frente desse processo de consolidação dessas reformas, no entanto não encontrou apoio no Governo Central. A educação foi colocada como elemento crucial na organização do projeto modernizador da sociedade brasileira.

No que tange ao ensino superior, no período imperial pouco foi feito, pois a Coroa Portuguesa não se interessava na criação de instituições de ensino, muito menos universidades, aqui no Brasil, mesmo assim foram introduzidos alguns cursos, cuja conclusão ocorria em Portugal. “As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são datadas na década de 1930” (Durham, 2005: p. 201). Apenas em 1808, quando toda a Corte se transferiu para a Colônia, após a ameaça da invasão napoleônica, começou a história do ensino superior no Brasil.

Como se observa pouco avançou em termos de planejamento educacional no período do segundo Império, tentou-se durante o século XIX a universalização da escola primária e a consequente organização dos sistemas nacionais de ensino no Brasil. O Estado assumiu de forma tímida a intervenção na educação do povo brasileiro e na organização dos sistemas nacionais de educação com o objetivo de democratizar e modernizar o país.

### **3.3 O Planejamento da Educação da Modernidade Brasileira na Primeira República (1889-1929)**

<sup>3</sup>Sobre os Pareceres de Rui Barbosa, consultar: Machado (2002); Valdemarin (2000); Congresso da Instrução do Rio de Janeiro (1884); Collichio (1987) e Schelbauer (1998).

Segundo Lobato (1918); Couto (1925); Azevedo (1937) a Primeira República caracterizou-se por inúmeras reformas da instrução pública, entretanto os resultados a que chegaram essas reformas foram localizadas, limitando-se a cada Estado ou a cada escola. Nesse período houve uma crescente crítica da elite, por existirem poucas escolas primárias e pelo alto índice de analfabetismo no Brasil. Com o advento da República em 1889 e a abolição da escravatura em 1888, muitos viam que o país estava atrasado em relação às principais tendências nos países considerados desenvolvidos. Muitos juristas, parlamentares, políticos, entre eles Rui Barbosa, reconheciam a importância da educação e denunciavam o atraso existente. Couto (1925, p. 701), dizia que o principal problema social brasileiro era o analfabetismo. Este não era, para ele, apenas um fator considerável das doenças, “[...] senão uma verdadeira doença, e das mais graves. [...] o analfabeto contrapõe peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso [...]”.

Em 1911 com a decretação da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, conhecida como reforma Rivadávia Correia, a qual desoficializou completamente o ensino primário, o qual ficou esquecido nessa legislação, cuja função era cumprir as metas dos republicanos, que não admitiam esse nível de ensino como função própria do Estado (SCHELBAER, 1998). A mudança de regime e a Constituição republicana de 1891 não trouxeram mudanças na educação, mantendo o papel reduzido do governo federal em matéria de ensino básico. Não obstante a Constituição de 1891 ter produzido poucas mudanças institucionais no ensino primário, a estrutura política descentralizada estimulou inovações no campo da educação a partir da década de 1920.

A década de 20 foi marcada por um movimento nacional em prol da educação, o qual defendia que o país seria desenvolvido a partir de investimentos em educação e os demais problemas seriam solucionados (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). A organização do ensino em âmbito nacional só ganhou força no decorrer do século XX, quando o processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, ganhou força, trazendo na sua esteira a urbanização, o assalariamento, as diferentes classes sociais e os conflitos de interesses.

No tocante ao ensino superior, em 1910, fundou-se a Academia Real Militar, que viria a se transformar na Escola Politécnica e que posteriormente passaria a se chamar de Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Faculdade de Direito do Largo São Francisco foi criada em 1927 nesse mesmo ano foi, também, criada em Olinda (Pernambuco) a Faculdade de Direito. A primeira universidade brasileira, Universidade do Rio de Janeiro, foi fundada em 1920, no Rio de Janeiro, e definitivamente marcou os rumos da educação superior no Brasil, sinalizando para o estabelecimento de uma nova era.

### **3.4 O Planejamento da Educação na Era Vargas (1930-1945)**

A historiografia aponta o início da Era Vargas como um processo de revolução na economia brasileira, com maior intervenção estatal ao crescimento industrial via substituição de importações. Modernizar o setor industrial significava promover o desenvolvimento social e econômico. Contudo, para promover transformações mais amplas, que preparassem o trabalhador nacional para as novas relações de trabalho, apresentava-se a educação como ponto inicial desse processo (FAUSTO, 1986; TEIXEIRA, 2000).

Um marco na educação nos anos 30 foi o documento “Manifesto dos Pioneiros

da Educação Nova<sup>4</sup>”, este teve como objetivo de reformular toda a educação brasileira desde o ensino primário até o superior. Anísio Teixeira (2000) dizia que, para alcançar a modernização seria necessário considerar a educação; a industrialização, que proporcionava o acúmulo de riquezas e o bem-estar social do homem, e a democratização.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública que teve entre seus objetivos o de reformar o ensino, introduzindo disciplinas de caráter técnico-científico no secundário e aumentar a fiscalização e a interferência do governo na educação. Entrementes, foi criado também o Conselho Nacional de Educação (Romanelli, 1987). Vargas (1938) reconheceu que “em matéria de educação nacional, quase tudo estava por fazer”. Mas era o ensino secundário que requeria reforma urgente, que tinha como objetivo: “formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitassem a viver por si mesmo”.

Em 1934 com a nova constituição houve uma centralização de diversas áreas pelo Estado, incluindo a educação. Esta constituição deu competência à União para elaborar e planejar a educação nacional. Além disso, foi criado o Plano Nacional de Educação. Neste o ensino primário foi declarado gratuito e de frequência obrigatória. Eram destinados 10% do orçamento à educação por parte da União e dos municípios, enquanto os estados e o Distrito Federal deveriam investir no mínimo 20% de sua receita (SILVA, 1980; ROMANELLI, 1987).

Para kang (2010) a Constituição 1934, tida como liberal e democrática não sobreviveu por muito tempo, em 1937, Vargas fechou o Congresso e teve início a ditadura do Estado Novo, de caráter

<sup>4</sup>Sobre este documento ver Azevedo (1971); Manifesto (1932)

repressivo, centralizador e corporativista. Na área educacional centrou o ensino de cunho técnico industrial voltado para a industrialização do país, ou seja, o ensino profissionalizante deu lugar ao ensino tradicional. Declarou o ensino cívico obrigatório e as empresas e sindicatos deveriam colaborar com a aprendizagem sistemática de seus empregados.

Com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização tornaram necessária uma nova constituição federal, dando ênfase na educação profissionalizante (ensino industrial). As reformas e o planejamento da educação na Era Vargas tiveram como característica a centralização e a supervalorização do ensino secundário voltado às carreiras destinadas à elite e ao ensino técnico-industrial como advoga Romanelli (1987).

Como já foi explicitado o processo de industrialização do país trouxe, além das transformações econômicas, urbanas e sociais, ideias de reforma do ensino superior universal e gratuito. A sociedade clamava bem mais que a simples criação de uma universidade, esta queria a substituição das escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para a ciência básica e pesquisa. A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada (DURHAM, 2005).

Como observa Durham (2005) as universidades tinham a orientação de dar ênfase ao ensino *vis a vis* à investigação. As universidades eram elitistas, com forte orientação profissional. Em 1934 surgiu a Universidade de São Paulo com a contratação de grande número de professores europeus, marcando a forte expansão do sistema público federal de educação superior. A universidade já nasceu conservadora: o modelo de universidade proposto consistia,

em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior.

### **3.5 O Retorno da Democracia e a Educação entre 1946 e 1964**

Em 1946 teve a aprovação de uma nova Constituição pelo Congresso Nacional tendo como característica os princípios da Constituição de 1934: restabeleceu-se o percentual de investimento na educação em 10% para União e Estado e 20% para os municípios. Em 1948 foi enviado ao Congresso Nacional um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases prevista na Constituição. O debate estava em torno de uma educação básica laica, pública e gratuita defendida pelos adeptos da Escola Nova, de outro lado estavam parlamentares apoiados pelo clero católico-romano propunham que as escolas particulares não ficassem em desvantagem e que pudessem receber subsídios governamentais (ROMANELLI, 1987; OLIVEIRA, PENIN, 1986; GHIRALDELLI Jr., 2003).

O projeto permaneceu intocável até 1951 e os trabalhos foram retomados na Comissão de Educação e Cultura em 1952. Entre esses debates destacavam a distribuição de competências educacionais dentro do aparato estatal, a centralização ou a descentralização do sistema escolar, este se estendeu até 1961, quando finalmente foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com inúmeras concessões às escolas privadas e ao ensino católico (DEMO, 1997; SOUZA, 2001).

Como resultado dessas concessões às escolas particulares o ensino privilegiou as elites e a classe média que tinham recursos para financiar o ensino de seus filhos, enquanto a classe trabalhadora ficou refém das péssimas condições das escolas públicas com poucos recursos de investimento. Tal situação levou uma ação coletiva em favor de maior abrangência e qualidade do ensino público.

Segundo Oliveira e Pennin (1986) mais de 50% da população brasileira era analfabeta em 1950, ficando atrás de Equador, Paraguai e Panamá. Houve total inércia do governo a respeito da educação primária no período após a II Grande Guerra Mundial. Houve alguma tendência de melhora no Governo Dutra. Este era a favor da erradicação do analfabetismo, propondo que se trabalhasse essa questão através da fundação de escolas (TOBIAS, 1986). A educação popular era prioridade em seu governo.

Partindo destes dados constata-se que houve mudanças substantivas em alguns indicadores educacionais durante o Governo Dutra. Os dados mostraram crescimento na taxa de matrícula: 27% das crianças estavam matriculadas no ensino primário fundamental básico em 1945, já no final de seu mandato, 1950, essa taxa chegou a 33%. A taxa de crescimento média das matrículas do ensino primário fundamental comum durante o governo Dutra foi de 4,2%, contrastando com a média de 1,7% do período 1950-55 (Vargas e Café Filho) e com a média de 2,4% do governo JK no período de 1956-60 (KANG, 2010).

Nos anos de 1950, por sua vez, não teve grandes conquistas a educação como teve no governo de Dutra. Segundo Bomeny (2008), o segundo mandato de Vargas fez muito pouco pela educação, resumindo-se à criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Criação da Campanha Nacional de Educação Rural.

O balanço final do segundo governo de Vargas foi tímido para a educação primária, assim como foi no Estado Novo. Construiu 1.010 escolas isoladas e 102 grupos escolares em 1952, além de 45 novas escolas no interior, números bastante tímidos se comparados ao governo anterior, do presidente Dutra (KANG, 2010).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) o Brasil viveu a era dourada<sup>5</sup>, com intenso crescimento econômico aliado a uma mudança no foco da substituição de importações para os bens de consumo duráveis. Mesmo com esse intenso crescimento o governo de JK pouco fez pela educação, dando ênfase ao crescimento industrial. Segundo Abreu (1990) durante o governo de JK entre 1956 e 1960, atingiu-se a taxa de crescimento médio da economia brasileira em 8% ao ano. A educação, considerada um dos alicerces do crescimento econômico de longo prazo, não esteve no centro do planejamento no governo JK.

O programa que norteou o governo JK foi o plano de Metas, que propunha metas para cinco setores básicos da economia: energia, transporte, indústrias de base, educação e alimentação. Apenas 3,4% das verbas foram previstas para a educação, enquanto 93% de recursos destinados a energia, transporte e indústria de base. A meta educacional consistia em uma proposição vaga: “Formação de pessoal técnico” (LAFER, 2002). Os esforços se concentraram no sentido de suprir deficiências profissionais e educacionais, especialmente em decorrência do desenvolvimento econômico.

No governo JK, a prioridade da política educacional foi o ensino superior, constatou-se em seu governo aumento de despesas públicas para esse segmento. O percentual de recursos públicos (União, estados e municípios) destinados ao ensino elementar foi de 51,5% em 1956, no final do seu governo esse percentual caiu para 46%. Já os recursos destinados para o ensino superior aumentaram sua participação, passando de 26% em 1956 para 29,5% em 1959 (KANG, 2010).

O governo de João Goulart entre 1961 e 1964 foi marcado por instabilidade política e econômica, por outro lado deu-se à devida atenção às questões sociais e

<sup>5</sup> Ver Abreu (1991), A ordem do progresso.

educacionais. Propôs em seu Plano Trienal, o aumento das despesas mínimas com educação da União de 10% para 15% em 1964 e para 20% em 1965. Enfatizou-se a importância instrumental do ensino primário para o crescimento econômico. No seu discurso dizia, “a União deveria compensar a incapacidade financeira dos governos locais nas regiões de menor grau de desenvolvimento econômico” (GOULART, 1963, p. 119). Os dados do período 1962-1964 mostram que a taxa média anual de crescimento de matrícula no ensino fundamental comum foi de 6,2%, a maior dentro os governos democráticos após o fim do Estado Novo (KANG, 2010).

No entanto, João Goulart foi deposto em 1964 com o Golpe Militar, devido à radicalização política do período e o Plano Trienal de fato não foi posto em prática. Com os dados apresentado conclui-se, portanto que no Governo de Goulart foi mais favorável à educação do que os seus antecessores.

Entre 1946 a 1964 o ensino superior foi prioridade, como explicitado anteriormente, nesse período foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana (SAMPAIO, 2000). Expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país.

Pode-se concluir nesta seção que as políticas educacionais estiveram voltadas ao ensino profissionalizante e industrial voltado para atender uma crescente demanda das indústrias de base e ao ensino superior estas foram as prioridades dos seus governantes e pouco se fez para reduzir as desigualdades sociais e regionais.

### **3.6 O Planejamento educacional no Regime Militar entre 1964 e 1984**

O período ditatorial entre 1964 e 1984 se pautou em termos educacionais pela

repressão, privatização do ensino, exclusão de setores sociais mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública. Nesse período foi criado o Ministério do Planejamento dando ênfase no nacional-desenvolvimentista que reforçaria o papel dos economistas no planejamento governamental, situaria a educação no processo de desenvolvimento, desviando seu enfoque de cunho político e social (GHIRALDELLI JR, 2003; ROMANELLI, 1987; ARANHA, 1989).

O Brasil vive uma séria contradição entre a ideologia política e o modelo econômico. A ideologia política é o nacionalismo, com seus múltiplos aspectos: a procura da identidade nacional, anseio de independência econômica e populismo. O modelo econômico, no entanto, se internacionaliza cada vez mais e se submete ao controle estrangeiro. Politicamente, os brasileiros perdem o poder de participação e crítica, e a ditadura se impõe violenta: uma sucessão de presidentes militares, fortalecimento do executivo e fragilização do legislativo, Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, prisões políticas, inquéritos policiais militares, direitos políticos cassados e exílio, esse foi o quadro durante 20 anos de ditadura no Brasil (GHIRALDELLI JR, 2003; ROMANELLI, 1987; ARANHA, 1989).

A partir de 1964 o Brasil firma diversos acordos com a *Agency for International Development* – EUA, visando estabelecer a organização e o funcionamento das universidades brasileiras. Para tal, eram oferecidos diagnósticos e assistência técnica para que o governo brasileiro planejasse o ensino superior no país (HEY, CATANI, 2003).

A constituição de 1967 foi aprovada e atribuiu à União competência para elaborar planos nacionais de educação e saúde, no entanto, ao mesmo tempo o Ministério do Planejamento preparava as

diretrizes gerais para a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) no triênio 1968-1970, que continham as diretrizes, linhas de ação e programas prioritários para a educação, situados na área estratégica IX – da infraestrutura social (I PND, 1970). Na década de 70 teve início a um processo mais consistente de planejamento. Foram três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) no período do regime militar, os mesmos foram orientados pelo binômio segurança e desenvolvimento e, orientados por essas premissas, definiam as diretrizes e metas nacionais gerais e para cada área. Na área de educação foram elaborados três Planos setoriais de Educação e Cultura (BORDIGNON, 2011).

O governo federal realizou diversos diagnósticos do setor educacional durante o regime militar, preparados pelo Ministério do Planejamento, entre os quais se citam: decreto 63341, que estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior; Lei 5.537/68 que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando a captação recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa; Lei 5.540/68 que instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média; Decreto-Lei 405/68 que fixou as normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. Regulamentou a concessão de auxílio às instituições, para a expansão da matrícula, vinculando-a à exigência de diretrizes que assegurassem a produtividade, a eficiência e a utilização plena da capacidade instalada; Decreto 68.908/71, que dispôs sobre o vestibular; Lei 5.692/71 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (HEY, CATANI, 2003). Em 1971 é implantado no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tinha como objetivo erradicar o analfabetismo do país.

Segundo Catani (1998) a Lei 5.540/68<sup>6</sup>, que trata da reforma universitária, fixou de forma rígida normas de organização e funcionamento do ensino superior. Algumas medidas propostas por esta Lei, tinham em vista o aumento da eficiência e da produtividade do ensino superior

Em relação à profissionalização oferecida pelo ensino de 2º grau, o que se pretendia era a generalização da habilitação profissional. A finalidade do 2º grau era preparar o aluno para o exercício de uma atividade profissional. A obrigatoriedade da profissionalização acabou acentuando a desigualdade de acesso à universidade, na medida em que o empobrecimento da formação geral nas escolas públicas, em benefício de disciplinas profissionalizantes criou dificuldades para os alunos que chegavam ao 2º grau, mas não tinham recursos financeiros para realizar cursos pré-vestibulares (CUNHA, 2000; FRIGOTTO, 1984; PILETTI, 1988).

A seguir serão apresentadas resumidamente as principais características dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com enfoque no planejamento e metas educacionais. O I Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>7</sup> (1972-1974) correspondeu ao período do “milagre brasileiro” do Presidente Médici e tinha como objetivos principais: elevar o Brasil, no espaço de uma geração desenvolvida; duplicar, até o final da década, a renda per capita; e fazer a economia crescer entre 8 e 10% até o final do Plano. Para o planejamento educacional que teve um caráter economicista, constitui-se por dez programas e vinte um projetos.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi elaborado sob o impacto da crise do petróleo e da crise monetária internacional, com tensões econômicas em âmbito mundial. O plano

teve como objetivo aumentar as exportações e dinamizar o mercado interno (ABREU, 1990). Na área da educação e cultura o II Plano Setorial de Educação e Cultura tinha como ações estratégicas:

i) Para o sistema educacional: a) inovação e renovação do ensino, b) recursos humanos, c) expansão e melhoria da rede física, d) planejamento e administração, e) ações de apoio.

ii) Educação Física e desportos: a) recursos humanos, b) expansão e melhoria da rede física.

iii) Cultura: a) preservação, b) difusão.

iv) Modernização do Ministério da Educação, Cultura e Desportos: a) inovações e renovação do sistema educacional, b) recursos humanos, c) planejamento e administração.

Por fim, o III Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>8</sup> (1980-1985) foi construído sob as luzes das “diretas já”, da abertura política, e tinha como objetivo síntese a construção de uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível”. Esse objetivo seria alcançado pelo crescimento da renda e emprego, redução da pobreza e das disparidades regionais, controle da inflação e do endividamento externo, desenvolvimento do setor energético e aperfeiçoamento das instituições políticas. As metas estabelecidas para a educação foram: i) redução das desigualdades sociais; ii) crescimento demográfico; iii) universalização da educação básica; iv) eficiência do sistema escolar; v) desenvolvimento cultural; vi) flexibilidade regional e programática.

Dessa forma, pode-se dizer que durante o regime militar (1964-1984) o país teve avanços e custos para os brasileiros, reformas no ensino, repressão, prisões e

<sup>6</sup> Maiores detalhe ver Catani (1998 e 2003)

<sup>7</sup>I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74. Brasília: Presidência da República. 1971

<sup>8</sup>Ver III PND. Versão incorporando as ressalvas do Congresso Nacional. Brasília: Presidência da R. 1980.

crescimento econômico marcaram duas décadas de lutas e conquista.

### **3.7 O Planejamento da Educação na Nova Democracia**

O Brasil teve um novo marco em sua história, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta carta magna foi contemplado espaço a uma seção reservada à educação, onde em seu artigo 205, foi assegurando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas é em seu artigo 208, no § 1º, que essa Lei declara o acesso ao ensino, obrigatório e gratuito, como direito público subjetivo - por ser direito de toda pessoa, mesmo não estando em idade escolar e também por se tratar de uma regra jurídica, que serve para regular os interesses dos poderes públicos, elevando, dessa forma, o Estado como o sujeito da ação de oferecer o que a lei garante.

A nova democracia, teve seu início ainda na ditadura militar, mas no que tange a educação brasileira teve seu auge no governo FHC – Fernando Henrique Cardoso, onde o mesmo deixou uma marca política muito forte. Foram dois mandatos, ou seja, oito anos marcados por uma série de Leis que regulamentam o sistema educacional brasileiro até hoje. Entre elas pode-se citar a Lei nº 9.394/1996 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.424/1996, que regulamenta o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Magistério e a Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação. Além disto, outra questão a ser destacada neste governo, foram os investimentos aplicados na educação, que segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o país

gastava em educação pública o equivalente a 5% do PIB, fato que o colocava no mesmo patamar de boa parte dos países do Primeiro Mundo, (PINTO, 2002). Mesmo com investimentos em educação de país de primeiro mundo, o Brasil possui muitas diferenças e na maioria das vezes não consegue atingir a população como um todo.

Na atual conjuntura brasileira a distribuição de renda, 85% do PIB se concentra nas mãos de 15% da população e 15% do PIB nas mãos de 85% da população. Estes resultados, de certa forma influenciam negativamente no retorno que os investimentos feitos pelo governo brasileiro.

#### **3.7.1- A LDB — A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.**

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação começou a ser discutida em 1988, para ser aprovada em 1996, foram praticamente 9 anos de intenso debate até a sua aprovação. A nova LDB é um instrumento de extrema importância para a educação no Brasil, pois, conforme Pino (2007) o reordenamento dos sistemas educativos, inscritos em uma LDB, poderá criar contextos de relações estruturais de transformação, de reforma e de inovação educacional como parte do processo de “regulação social”.

A LDB abrange a educação como um todo, incluindo os seus diversos segmentos, desde a educação básica, de jovens e adultos, a distância, tecnológica e formação profissional, educação especial, indígena, até sobre os profissionais da educação, o seu financiamento e gestão. Elaborada de forma concisa e profunda, Pino (2007) destaca que o nível de generalização da LDB é de tal envergadura que a torna menos importante como Lei maior da educação nacional, isto é, as diretrizes de bases da educação que reordenam de fato a educação, caminham por fora da LDB: nas medidas provisórias,

emendas constitucionais, projetos de lei encaminhados pontualmente ao congresso pelo executivo e nas resoluções e portaria do MEC.

A LDB foi um grande avanço que o governo FHC proporcionou a educação brasileira como um todo.

### **3.7.2- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Magistério - Lei 9.424/1996**

O FUNDEF foi implantado no Brasil em janeiro de 1998 com o objetivo de aplicar uma nova sistemática de redistribuição de recursos destinados ao ensino fundamental, que era um gargalo no ensino brasileiro. Estes recursos seriam destinados tanto para a qualificação de professores como para a melhoria na qualidade de ensino. Conforme Mendes (2001:28) o FUNDEF parece ter atingido seus objetivos e exercido, pois, importante impacto sobre o ensino fundamental, principalmente por propiciar a mudança do grau de escolaridade dos professores, o aumento da duração dos turnos de aula, do total de alunos matriculados, do número de professores em atividade, bem como promover a redução do atraso escolar ao substituir prioridades (favorecendo, com isso, as despesas com professores e com alunos em detrimento das despesas com infraestrutura); além de estimular a municipalização do ensino.

O FUNDEF permitiu com que municípios menores pudessem receber recursos compatíveis com a sua necessidade, pois, anteriormente os mesmos eram distribuídos em relação a arrecadação e agora é em relação ao número de alunos, atingindo assim um número bem maior de beneficiados.

### **3.7.3 – O Plano Nacional de Educação - Lei 10.172/2001**

O Brasil deu os primeiros passos em relação ao planejamento da educação no ano de 1962, aprovado somente no ministério e constituía-se de um conjunto de objetivos a serem alcançados. O presente Plano Nacional de Educação foi elaborado para vigorar no período de 2001-2010 e teve como abrangência, pelo menos três grandes enfoques no sentido de contemplar ações que estejam relacionadas a educação como direito da pessoa; como fator de desenvolvimento econômico e social e como meio de combate a pobreza. São fatores que se mostram determinantes no sentido da amplitude da educação, pois tenta englobar a população como um todo, através de políticas públicas, proporcionando o desenvolvimento do país em todas estas áreas.

Observando os objetivos do PNE pode-se perceber que os mesmos estão ligados ao desenvolvimento do país. Ações voltadas para a elevação do nível de escolaridade, melhoria da qualidade, redução da desigualdade social, democratização da gestão do ensino público, a preocupação com todos os níveis de educação, estão também totalmente ligadas a área de desenvolvimento. Deixando bem claro que sem educação o país não se desenvolve, ou se desenvolve pouco (DIDONET, 2000)

Estes foram os principais pontos implantados pelo governo FHC influenciando grandemente a educação, de modo geral, no Brasil. Na sequência será tratado alguns pontos importantes relacionados a educação, no governo Lula.

### **3.8 – O Planejamento da Educação no governo LULA**

O PNE 2003-2011 foi aprovado ainda no governo FHC o qual esteve em vigor até o final do mandato de Lula (2011). Justamente este foi um dos pontos positivos que a fixação de um prazo de aplicação de dez anos para o PNE proporcionou,

forçando que houvesse uma continuidade de algo que teve início no mandato anterior. E assim o foi, mas o governo Lula destacou que muito dos problemas encontrados como “Herança Maldita” que o governo FHC havia deixado. O governo Lula não teve um papel tão expressivo para a educação pública brasileira, mas para privada sim, onde esta cresceu rapidamente, ofertando muitas vagas no ensino superior para os brasileiros.

Mesmo dando ênfase as ações que vinham enfraquecer o ensino público, principalmente o federal, o governo Lula implantou, em 2003 o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, plano este com previsão para concluir no ano de 2012.

Os principais objetivos do REUNI foram: a interiorização do ensino público e expansão das vagas nas universidades. Isto significou um grande avanço para o ensino superior. Ainda para destacar os pontos bons, em relação a educação, conforme Silva e Pasquini (2013:93) o governo Lula o lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde propunha metas para enfrentar os desafios da qualidade da educação, em todos os níveis.

Em relação ao FUNDEF o governo Lula nos primeiros anos de seu mandato não deu muita atenção e também não cumpriu com as metas, principalmente no que se refere ao cálculo do valor mínimo anual por matrícula no ensino fundamental, DAVIES (2004).

O governo Lula também precisou trabalhar na elaboração do PNE que atualmente está em vigor, pois se refere ao período de 2011-2020 e este ficou para a presidenta Dilma executar.

### **3.9 - O Planejamento da Educação no governo Dilma Rousseff**

O Plano Nacional de Educação, elaborado para ser executado no decênio 2011-2020, aprovado, ainda no governo

Lula, pela Lei 8.035/2010. No PNE – 2010. Entre as diretrizes pode-se destacar a que trata sobre a erradicação do analfabetismo, a superação das desigualdades educacionais, a melhora da qualidade de ensino, e a valorização dos profissionais da educação. Em relação as metas, as mesmas são bem arrojadas e terão que ser trabalhadas para serem cumpridas dentro do prazo. Uma delas é o aumento gradativo de recursos na educação até atingir 7% do PIB, no final do período, outra meta que merece destaque é a de aumentar a qualidade de ensino com a exigência de no mínimo 75% do corpo docente com titulação de mestrado e doutorado e do total 35% doutores. Outra meta está ligada a elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. São apenas alguns exemplos do que o governo Dilma tem pela frente, para atingir os resultados esperados quando da elaboração do planejamento.

Outro ponto importante na gestão da presidente Dilma foram as ações afirmativas que visam atender as classes menos favorecidas, com uma abrangência maior, favorecendo o acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural, em relação a educação, que é o assunto do presente estudo, os benefícios estão voltados para as cotas, principalmente as raciais, facilitando assim o acesso ao ensino público e gratuito, bônus ou fundos de estímulos, bolsas de estudo, empréstimos e preferência em contratos públicos.

Como forma de melhor entendimento, Piovesan (2006:40), destaca que “as ações afirmativas”, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório cumpre uma finalidade pública decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Permitindo assim que os direitos humanos

das pessoas menos favorecidas sejam exercidos e os mesmos consigam alcançar oportunidades de forma que todos tenham acesso a elas. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade.

#### 4. Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo descrever o processo histórico do planejamento educacional no Brasil desde a educação Cristã, do período colonial até a aprovação, em 2011 do Plano Nacional da Educação (PNE), buscando a sua relação com o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Quanto a pergunta formulada a ser respondida com o trabalho foi no sentido de indagar quais foram as contribuições a educação brasileira com a confecção e execução dos diversos Planos Nacionais de Educação para o desenvolvimento do Brasil?

A educação brasileira encontra-se em constante evolução, com investimentos sendo acrescidos de volumes a cada ano no intuito de alcançar as metas necessárias e formar um capital humano que possam assumir os diversos cargos criados com o desenvolvimento do país.

A ênfase a teoria na formação do capital humano foi no sentido de valorização do ser humano através da oferta de uma educação de qualidade disponível para todos. Iniciando desde a educação infantil até a educação superior. Destacando a importância dos investimentos no capital humano no primeiro ciclo de vida da criança quando inicia a formação de suas habilidades e competências. Desta forma podendo crescer, se transformar em um adulto que tenha condições de enfrentar as intempéries da vida com dignidade e determinação, recebendo uma remuneração justa em troca de seu trabalho e dedicação.

Já para a história do Planejamento Educacional brasileiro, desde a era Cristã

(Jesuítas) até o governo da presidente Dilma Rousseff foi verificado que muito se tentou mais de efetivo e de concreto não foi possível visualizar. Foi somente de 1964 para cá que ações referentes ao Planejamento da Educação Brasileira começaram a ser efetivadas, quando da elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual contemplava determinadas questões sobre a educação. Mas se referindo a ações concretas de planejamento para a educação só foi acontecer no governo FHC com a aprovação da LDB, do FUNDEF e do I Plano Nacional de Educação, o qual foi executado, em grande parte na gestão do presidente Lula. O governo Lula também teve uma participação importante no que se refere ao PNE, aprovando o II PNE que está sendo executado pela presidente Dilma Rousseff, encerrando o decênio no ano de 2020. As ações afirmativas também foram destaque no governo Dilma.

Neste panorama histórico do planejamento da educação brasileira pôde-se perceber também que há necessidade do empenho dos políticos e da população como um todo, para que se consiga atingir as metas propostas no Plano Nacional da Educação. Mas também é necessário muito investimento e empenho de todos para que se tenha um ensino digno e de qualidade para toda a população brasileira. Desta forma percebe-se que haja um progresso significativo a educação e o desenvolvimento deveriam caminhar juntos, pois um necessita do outro e vice-versa.

Em se falando na relação entre educação, planejamento e desenvolvimento, o Brasil no decorrer dos anos passou por várias fases distintas e com várias tentativas de organizar um planejamento, muitas vezes frustradas ou fracassadas, mas estas 3 palavras só começaram a fazer sentido com a aprovação do PNE, com metas arrojadas, muitas não alcançadas, mas sendo aperfeiçoadas e trabalhadas a cada decênio, reventos conceitos e adequando a realidade

de nosso país. E desta forma chegando mais próximo de transformar o planejamento da educação em uma ferramenta para o desenvolvimento do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (org). **A Ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Educação Pública em São Paulo, problemas e discussões: inquérito para o Estado de São Paulo em 1926**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R., **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**, Texto para discussão nº 525, IPEA, 1997.
- BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. New York: National Bureau of Economic Research, distributed by Columbia University Press, 1964.
- BECKER, G. S.; TOMES, N. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. **Journal of Political Economy** 87 (6), 1153—1189. December, 1979.
- BOMENY, Helena. **A educação no segundo governo Vargas**. 2008. Disponível em [HTTP://www.cpdoc.fgv.br/nav/gv/](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/gv/) Acesso em 20 de outubro de 2013.
- BORDIGNON, Genuíno. O Planejamento Educacional no Brasil. Plano Nacional de Educação. **Fórum Nacional de Educação**. Brasília, junho, 2011.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74**. Brasília: Presidência da República. 1971
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1975/79**. Brasília: Presidência da República. 1975
- BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Versão incorporando as ressalvas do Congresso Nacional. Brasília: Presidência da R. 1980.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgado em 05 de outubro de 1988.
- CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo, Saraiva, 1978.
- CATANI, Afrânio M. O ensino superior no Brasil: perspectivas. In: KUPSTAS, Márcia (Org.) **Educação em debate**. São Paulo: Moderna, 1998. P. 121-141.
- COLLICHIO, Terezinha A. Ferreira. Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v.13, n.2, p. 5-14, jul/dez. 1987.

CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1, 1884, Rio de Janeiro. **Actas e pareceres**: Typ. Nacional, 1884.

COUTO, Miguel. A educação popular. **Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5-6, p. 13-15, 1925.

CUHNA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed da Unesp, 2000.

CUNHA, F., HECKMAN, J. J; SCHENNACH S. M. **Estimating the technology of cognitive and noncognitive skill formation**. Unpublished manuscript, University of Chicago, Department of Economics. Presented at the Yale Conference on Macro and Labor Economics, May 5—7, 2006.

CUNHA, Flávio; HECKMAN, James J., **Investing in Our Young People**. NBER Working Paper, N. w16201. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1641577> . Acesso em novembro de 2013.

DAVIES, N. **O Governo Lula e a Educação: A Deserção do Estado Continua?**, Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 245-252, abril 2004.

DIDONET, V., **Plano Nacional de Educação**, Brasília: Editora Plano, 2000.

DOSI, G. **Globalização, tecnologia e Desenvolvimento – Blade Runner**. É esse o futuro? Revista Rumos do Desenvolvimento, ano 22, nº 143, dezembro de 1997.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1997.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**, Brasília, 1963. Disponível em: <HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1329/contents.html>. acesso em 10 novembro de 2013.

HECKMAN J. J. RUBINSTEIN, H., **The Importance of Noncognitive Skills: Lessons from the GED Testing Program, in the American Economic Review**, Vol. 91, nº. 2, Papers and Proceedings of the Hundred Thirteenth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 2001)

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio M. O Projeto educacional brasileiro no regime militar: uma educação de classe (social). In: ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. (Orgs) **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005.

HISCHMAN, Albert. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1981.

- KANG, Thomas Hyeono. **Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil, 1930-1964**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LAFATER, Celso. **JK e o Programa de Metas, 1956-1961: Processo de Planejamento e Sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2002
- LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3 ed. Coleção Pedagogia, Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1998.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês: contos**. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.
- LOPES, Eliane M.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas, SP, Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MANIFESTO dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil. **Ao povo e ao Governo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2 v.
- MENDES, M. Descentralização do ensino fundamental: avaliação de resultados do fundef, Workshop de Descentralização Fiscal realizado em Brasília, pela Fundação Getúlio Vargas, em 10/2001.
- MOACY, P. **A instrução e as províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 1, v. 2.
- MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.
- NEVES, Fátima Maria. A. **O Método Lancasteriano e projeto de formação disciplina do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 293f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.
- NOVAIS, F. A. **O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos**. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 7, p. 105-118, 1984.
- OLIVEIRA, R. L.; PENIN, S. T. S. A. Educação na Constituinte de 1946. **Revista da Faculdade de Educação (USP)**, São Paulo, v.12, n.1/2, p.261-288, 1986.
- PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** São Paulo: Edusp, 1988.
- PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB interpretada: diversos olhares e entrecruzam**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 19-42.
- PINTO, J. M. R., **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**, Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 108-135.

- PIOVESAN, F., Ações afirmativas e direitos humanos. **REVISTA USP**, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ROMER, Paul M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, no 5, 1986.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SÁ, Nicanor Palhares. **Política Educacional e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil – o setor privado**. São Paulo, Hucitec, 2000..
- SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo na Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: Eduem, 1998.
- SCHULTZ, T. W. Reflections on investment in human capital. **American Economic Review**, v. LI, March 1963.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SILVA, J. C. da; PASQUINI, A. S., Plano Nacional da educação 2011-2020, da conferência à aprovação: avanços e retrocessos no ensino superior, **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.18, n.1, p. 83-103, jan./jun. 2013.
- SILVA, M. B. N. da (Coord.) **O Império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. Coleção Nova História da Expansão portuguesa, v.8.
- SILVA, Marinete. **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945)**. Niterói, São Paulo: Livramento, 1980.
- SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. LXX, Feb. 1956
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira. **LDB e Educação Superior: Estrutura e Funcionamento**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva, ou, a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1986.
- TREVISAN, Leonardo. **Estado e Educação na História Brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

*Recebido em 23/03/2015  
Aprovado em 21/05/2015*